



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM  
SERVIÇOS PENAIIS**

**PORTO ALEGRE, 2011**

## SUMÁRIO

<b>1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b> .....	<b>4</b>
1.1 Endereço da Instituição, da unidade e do curso .....	4
1.2 Identificação da instituição mantida.....	4
1.3 Corpo dirigente da instituição mantida .....	4
1.4 Denominação do curso.....	5
1.5 Titulação conferida .....	5
1.6 Nível do curso.....	5
1.7 Modalidade de curso.....	5
1.8 Duração do curso.....	5
1.9 Área de conhecimento .....	6
1.10 Regime escolar .....	6
1.11 Processo de seleção.....	6
1.12 Número de turmas oferecidas.....	6
1.13 Número de vagas por turma.....	6
1.14 Nome e titulação do coordenador do curso .....	6
1.15 Ano de início de funcionamento do curso .....	7
<b>2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO: ASPECTOS GERAIS</b> .....	<b>8</b>
2.1 Apresentação.....	8
2.2 Justificativa sócio-econômica .....	8
2.2.1 Dados da população carcerária do Rio Grande do Sul .....	9
2.3 Contexto educacional .....	10
2.3.1 Objetivos do curso .....	11
2.3.2 Perfil profissional do egresso .....	11
2.4 Número de Vagas .....	12
2.5 Projeto Pedagógico do Curso: formação.....	13
2.5.1 Currículo Pleno do curso .....	14
2.5.2 Conteúdos curriculares.....	15
2.5.3 Ementário .....	16
2.5.4 Metodologia.....	43
2.5.5 Atendimento ao discente .....	44

<b>3 CORPO DOCENTE.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 Administração acadêmica .....</b>	<b>47</b>
3.1.1 Composição do NDE (Núcleo Docente Estruturante).....	47
3.1.2 Titulação do NDE .....	47
3.1.3 Experiência profissional do NDE .....	47
3.1.4 Regime de trabalho do NDE.....	47
3.1.5 Titulação, formação acadêmica e experiência do coordenador do curso.....	47
3.1.6 Regime de trabalho do coordenador do curso .....	48
<b>3.2 Perfil docente.....</b>	<b>48</b>
3.2.1 Titulação.....	48
3.2.2 Regime de trabalho .....	48
3.2.3 Tempo de experiência de magistério superior ou educação profissional .....	48
3.2.4 Tempo de experiência profissional (fora do magistério) .....	48
3.2.5 Professores do Corpo docente do primeiro ano .....	49
3.3 Condições de trabalho.....	49
3.3.1 Número de alunos por turma em disciplina teórica .....	49
3.3.2 Pesquisa, produção científica e tecnológica.....	49
<b>4 INSTALAÇÕES FÍSICAS.....</b>	<b>52</b>
<b>4.1 Instalações gerais .....</b>	<b>52</b>
4.1.1 Sala de professores e sala de reuniões .....	52
4.1.2 Gabinetes de trabalho para professores .....	52
4.1.3 Salas de aula.....	52
4.1.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática .....	54
4.2 Biblioteca.....	54
4.2.1 Livros da bibliografia básica .....	55
4.2.2 Livros da bibliografia complementar .....	57
4.2.3 Periódicos especializados .....	60

## 1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

### 1.1 Endereço da Instituição, da unidade e do curso

Rua General Vitorino, n.º 25  
Bairro Centro  
Porto Alegre – RS

### 1.2 Identificação da instituição mantida

<b>Nome:</b>	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO, DIREITO E ECONOMIA					
<b>CNPJ:</b>	02.247.214/0001-92					
<b>End.:</b>	Rua General Vitorino, n. 25					
<b>Cidade:</b>	Porto Alegre	<b>UF:</b>	RS	<b>CEP:</b>	90020-171	
<b>Fone:</b>	51 – 32 54 11 11	<b>Fax:</b>	51 – 3211-2272			
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:esade@esade.edu.br">esade@esade.edu.br</a>					

### 1.3 Corpo dirigente da instituição mantida

Dirigente Principal da Instituição de Ensino						
<b>Cargo:</b>	Diretor Geral					
<b>Nome:</b>	Eduardo Mendonça					
<b>Endereço:</b>	Rua General Vitorino, n. 25					
<b>Cidade:</b>	Porto Alegre	<b>UF:</b>	RS	<b>CEP:</b>	90 020-171	
<b>Fone:</b>	(51) 32541111	<b>Ramal</b>				
<b>E-Mail:</b>	eduardo_mendonca@uniritter.edu.br					
Pró-Reitor de Graduação ou Diretor de Ensino						
<b>Cargo</b>	Diretora Acadêmica					
<b>Nome:</b>	Sara Pedrini Martins					

<b>End.:</b>	Rua General Vitorino, n. 25				
<b>Cidade:</b>	Porto Alegre	<b>UF:</b>	RS	<b>CEP:</b>	90010-140
<b>Fone:</b>	51 32 54 11 11	<b>Ramal</b>	3817		
<b>E-Mail:</b>	<a href="mailto:sara@esade.edu.br">sara@esade.edu.br</a>				

#### **1.4 Denominação do curso**

Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais

#### **1.5 Titulação conferida**

Tecnólogo em Serviços Penais

#### **1.6 Nível do curso**

Graduação Tecnológica

#### **1.7 Modalidade de curso**

Regular Presencial

#### **1.8 Duração do curso**

Quatro (04) Semestres

## **1.9 Área de conhecimento**

Segurança Pública

## **1.10 Regime escolar**

Sistema de créditos com matrícula por disciplina

## **1.11 Processo de seleção**

Vestibular e outras formas de acesso, conforme a legislação educacional vigente.

## **1.12 Número de vagas ofertadas**

200 vagas anuais

## **1.13 Número de vagas por turma**

50 vagas

## **1.14 Nome e titulação do coordenador do curso**

Prof. Ms. Antônio Dionísio Lopes

### **1.15 Ano de início de funcionamento do curso**

2012/1

## 2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO: ASPECTOS GERAIS

### 2.1 Apresentação

Apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais da Escola Superior de Administração, Direito e Economia (ESADE), cujo objetivo é proporcionar aos servidores dos órgãos de Segurança Pública a capacitação necessária para o exercício da sua função, tendo em vista a exigência da profissionalização cada vez mais específica no mercado de trabalho.

Dessa forma, decorrente da crescente taxa de apenados nos estabelecimentos penitenciários e da baixa criação de novas vagas nos presídios, o presente curso vem ao encontro desse quadro complexo, demonstrando a necessidade de investimentos na formação superior dos profissionais da segurança pública, em especial os servidores penitenciários.

O curso faz-se necessário também, para ampliar o número de pessoas qualificadas para a efetiva construção de políticas públicas, envolvendo o sistema prisional, que cada vez mais tem causado preocupação às autoridades e à opinião pública, de modo que as costumeiras rebeliões demonstram a conturbada realidade presenciada nos estabelecimentos penais, fazendo induzir reflexão mais ampla pela sociedade sobre os destinos de cada apenado.

Assim, tendo em vista o acúmulo de presos condenados e presos provisórios (que passam de 40% da população carcerária) que ocasionam as constantes transformações da realidade carcerária, a formação dos funcionários penitenciários deve estar voltada para a capacitação do cidadão e profissional preparado para enfrentar os desafios cada vez maiores no sistema prisional.

Soma-se a isso, também, o número crescente de presos no Brasil que, segundo dados do DEPEN de 2009, o total geral no sistema e na polícia era de 473.626 (quatrocentos e setenta e três mil e seiscentos e vinte e seis) apenados<sup>1</sup>. E tal número tende a aumentar em progressão geométrica quando comparado com a criação de vagas para apenados.

Mercê de todas as dificuldades constatadas no corpo funcional do sistema penitenciário, no que tange a sua preparação, faz-se necessário o investimento na qualificação do profissional para que possa ter dedicação e eficiência cada vez maiores no seu campo de atuação.

Para atingir esses objetivos, a ESADE atua a partir de estratégias pedagógicas que valorizam o estudante como agente ativo do seu processo educativo, capaz e autônomo. Nesse sentido, para o desenvolvimento de habilidades e competências para os tecnólogos em serviços penais, serão priorizadas as técnicas investigativas, o estudo de casos, a aprendizagem baseada em problemas e todas as atividades que proporcionem, possibilitem e provoquem a reflexão, a construir o próprio conhecimento e a aplicar esses conhecimentos de forma criativa.

---

<sup>1</sup> <http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>

Dessa forma o projeto pedagógico do curso vai ao encontro do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) na formação de profissionais e cidadãos autônomos profundamente motivados, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas com a sociedade, buscando suas soluções e aceitando as responsabilidades sociais delas decorrentes (PPI ESADE). Da mesma forma, espera-se ainda que sejam capazes de desenvolver e articular competências empreendedoras para interagir na sociedade e habilidades para transitar nas diferentes regiões do saber.

### 2.2.1 Dados geo-econômicos do Rio Grande do Sul

Segundo dados indicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio Grande do Sul, em 2009, contava com uma população de 10.914.128 habitantes residindo em uma área de 281.748,538 km<sup>2</sup>. Em Porto Alegre, nesse mesmo período, havia 1.436.123 habitantes<sup>3</sup>.

Abaixo, encontra-se um mapa de identificação do Estado, contendo a descrição de seus Municípios.



Estado mais meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul faz fronteira com o Uruguai e Argentina, uma localização privilegiada entre os países que compõem o bloco econômico do Mercosul.

O Rio Grande do Sul apresenta um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo critérios da Organização das Nações Unidas, o IDH gaúcho é de 0,869, reflexo da menor mortalidade

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>.

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

infantil do Brasil, das altas taxas de alfabetização (90,5%) e das condições de saneamento básico e saúde<sup>4</sup>.

O PIB do Rio Grande do Sul é o quarto maior do Brasil. Em 2007, cresceu 7,0%, chegando a R\$ 175 bilhões. O PIB per capita cresceu 5,9% no mesmo ano, passando a R\$ 15,8 mil.

O Estado possui 496 municípios, situados em zona urbana ou rural. Entre os principais, com altos índices de densidade demográfica e participação na composição econômica do Estado, estão a capital Porto Alegre; Canoas (na região metropolitana), Caxias do Sul (principal cidade do pólo metal-mecânico na região serrana), Santa Maria (no centro do Estado); Pelotas, Passo Fundo, Rio Grande e Uruguaiana (na fronteira com a Argentina).

Em se tratando de indicadores educacionais, no Brasil, o acesso ao Ensino Médio ainda é reduzido e grande parte da população não conclui este nível de escolaridade. No país, conforme pesquisa do IBGE em 2006, 47,7% da população na faixa etária entre 15 e 17 anos frequentavam o ensino médio. No RS este percentual era de 52,8%<sup>5</sup>.

No Estado do Rio Grande do Sul, o ano de 2009 contou com 2.489.348 alunos matriculados na educação básica<sup>6</sup>. Ao todo, o Estado contou com 416.321 discentes matriculados no Ensino Médio. Desses, 44.759 estudaram em Escola Particular<sup>7</sup>.

Em se tratando do Ensino Superior, em 2008, o Estado contava com 99 Instituições, dessas, 89 eram instituições privadas<sup>8</sup>. A Educação Superior, nos últimos anos, em todo o mundo sofreu um grande aumento no número de matrículas em cursos presenciais. A criação de novas instituições, principalmente em países em desenvolvimento, contribuiu muito para este avanço.

No Brasil, entre os anos de 1999-2007 as matrículas duplicaram, passando de 2,3 para 4,8 milhões. O Rio Grande do Sul neste mesmo período aumentou 59%, chegando a 345.029 alunos matriculados. Entretanto, os jovens brasileiros ainda têm pouco acesso na Educação Superior. Em 2005, 25% do total das matrículas no Ensino Superior são de alunos que estão na faixa de 18 a 29 anos. Este índice é baixo se comparado a alguns países da América Latina, como a Argentina (65%), Chile (48%), Uruguai (45%).

A expansão das matrículas não é a mesma entre as redes públicas e privada. No Brasil, neste mesmo período, as matrículas da rede privada cresceram 137%, enquanto que na rede pública 49%. Atualmente no Rio Grande do Sul o setor privado é responsável por 84% das instituições.

Abaixo, seguem informações a respeito do percentual de matrículas na Educação Superior do Rio Grande do Sul, bem como um demonstrativo da evolução de matrículas entre os anos de 1999 e 2007 no Estado:

#### **Matrículas na Educação Superior no RS, por tipo de instituição – 2007<sup>9</sup>**

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.estado.rs.gov.br/>.

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=477>.

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>.

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp>.

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>.

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=484>.

## 2.2 Justificativa sócio-econômica

A universalização do acesso à educação superior constitui-se tema emergente, complexo e de fundamental importância para a sociedade brasileira, especialmente se considerarmos o cenário da revolução tecnológica, da globalização e das mudanças no mundo do trabalho.

No Brasil, a democratização do acesso e permanência na educação básica ampliará excepcionalmente a demanda pela educação superior, o que representa um enorme desafio para o país em termos de sistema educacional superior, modos de organização acadêmica e modalidades de cursos a serem ofertados.

Nesse contexto, é preciso reconhecer que o acesso à educação superior, no Brasil, sempre foi um tema polêmico, porque confronta, de um lado, perspectivas elitistas de contenção do acesso visando, em grande parte, a manutenção do prestígio dos diplomas e o status dos profissionais no mercado de trabalho; de outro, perspectivas mais populares de ampliação do acesso, o que representa aspirações de largas camadas da sociedade à obtenção do emprego, através do qual é possível de ascensão social e de vida mais digna.

Diante desse cenário, a ESADE contribui com a inclusão social e o desenvolvimento econômico da região pela proposta de um ensino diferenciado. O seu centro de interesse e busca permanente convergem para o ensino superior caracterizado pelo empreendedorismo e pela inserção do graduando no mercado de trabalho liberal. A ideia é relacionar a teoria à prática, ou seja, o ensino acadêmico deve estar vinculado à prática profissional e à realidade social e econômica da região e do país. Por essa razão, o Curso Superior de Tecnologia Serviços Penais da ESADE contempla dinâmicas e estratégias teórico-práticas, objetivando a formação do profissional cidadão, preocupado com o desenvolvimento de soluções para os problemas da comunidade em que está inserido.

Porto Alegre – e sua região metropolitana – é a maior economia do Rio Grande do Sul. O espírito empreendedor de seu povo o conduziu para um progresso sustentável, pois o município detém, hoje, um lugar de destaque no Índice de Desenvolvimento Humano. Isso significa que o crescimento da região não prejudicou a qualidade de vida de seus cidadãos. Não há desenvolvimento sem qualidade de vida.

Nesse contexto, além da otimização na prestação dos serviços à população por parte das entidades públicas e privadas, temos a urgente necessidade de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelos gestores de segurança pública.

Portanto, a capacitação profissional dos integrantes dos órgãos de segurança pública é necessidade de palmar evidência, além da atualização e modernização das técnicas de gerenciamento das diversas situações enfrentadas pelos agentes penitenciários ser de necessidade latente.

### 2.2.1 Dados da população carcerária do Rio Grande do Sul

Segundo o último levantamento carcerário realizado pelo Departamento Penitenciário<sup>10</sup> (DEPEN), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o Rio Grande do Sul conta com 29.883 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e três) presos, causando um excedente de mais de 11.000 (onze mil) vagas, pois, de acordo com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, atualmente, o estado tem 18.825 (dezoito mil, oitocentas e vinte e cinco) vagas.

Desse total, 7.259 (sete mil, duzentos e cinquenta e nove) são presos provisórios; 12.774 (doze mil, setecentos e setenta e quatro) são presos que estão em regime fechado; 6.668 (seis mil, seiscentos e sessenta e oito) presos cumprem pena em regime semi-aberto; 2.612 (dois mil, seiscentos e doze) estão no regime aberto; 351 (trezentos e cinquenta e um) presos cumprem medida de segurança internados; por fim, 199 (cento e noventa e nove) presos cumprem medida de segurança em tratamento ambulatorial.

Ainda com base no levantamento do DEPEN, podemos visualizar a baixa escolaridade dos apenados, sendo que do total de presos, aproximadamente 85% estão entre as seguintes categorias: analfabeto, alfabetizado, ensino fundamental incompleto e completo.

Por fim, é bom informar que para atuar perante toda essa população carcerária, o Estado conta com 2.416 (dois mil, quatrocentos e dezesseis) agente penitenciários, que são distribuídos em 11 (onze) penitenciárias, 65 (sessenta e cinco) presídios, 10 (dez) casas do albergado, 3 (três) colônias agrícolas, 2 (dois) hospitais de custódia e tratamento e 1 (um) patronato, de acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça. Além de agentes penitenciários, há 468 (quatrocentos e sessenta e oito) servidores de apoio administrativo, 14 (quatorze) enfermeiros, 45 (quarenta e cinco) auxiliares e técnicos em enfermagem, 150 (cento e cinquenta) psicólogos, 120 (cento e vinte) assistentes sociais, 45 (quarenta e cinco) advogados, 29 (vinte e nove) médicos e 537 (quinhentos e trinta e sete) policiais militares em atividades nos estabelecimentos penitenciários.

### 2.3 Contexto educacional

Ancorado no Plano de Desenvolvimento Institucional da ESADE, o Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais apresenta-se como uma proposta diferenciada para responder a uma demanda social urgente, que é a formação de servidores e gestores penitenciários dotados de competências e habilidades propulsoras para a implantação de melhorias significativas no sistema prisional do Rio Grande do Sul.

---

<sup>10</sup>

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>

Em função disso, a ESADE propõe, como princípio pedagógico, dar condições ao estudante de *aprender a aprender*, estimulando-o a adotar os princípios da educação continuada ao longo da vida e preparando-o para o dinamismo da sociedade e da área técnica e tecnológica.

Os objetivos desse curso justificam-se, principalmente, ao empreender seus esforços construtivos na articulação entre a formação tecnológica e humanística do indivíduo, como base para a formação integral de um profissional responsável e alinhado com as necessidades do mundo do trabalho. Esta concepção tem por base o desenvolvimento de competências e habilidades, sintetizadas no conhecer, fazer, ser e conviver, indispensáveis ao profissional no século XXI.

O Curso de Tecnologia em Serviços Penais, através de sua proposta, prepara o futuro profissional com as competências necessárias ao exercício pleno de suas funções. A estrutura do currículo organizada em módulos, como forma de estimular a autonomia e a interdisciplinaridade do currículo, proporciona ao estudante as condições necessárias para atividades empreendedoras, inovadoras e auto-suficientes. Nos espaços de sala de aula, na biblioteca, e junto aos órgãos da Secretaria de Segurança do Estado, o estudante poderá realizar as práticas simuladas ou reais que o prepararão para um efetivo trabalho após as formações intermediárias, quando estará qualificado, após a formação integral como Tecnólogo em Serviços Penais.

A experiência acumulada ao longo desses mais de vinte e cinco anos que se sucedem à edição da Lei 7.210/84 revela a flagrante diferença entre a pretensão normativa e a realidade carcerária atual. Desse modo, a proposta original de instituir um sistema prisional coerente foi esquecida pela ausência de políticas públicas na melhoria e manutenção do sistema penitenciário, tornando-se objeto de descaso por parte das autoridades públicas.

Objetivando colaborar com a melhoria da estrutura de pessoal atuante perante os serviços penitenciários é que surge a proposta do presente tecnólogo, pois faz-se necessário construir uma pedagogia que aceite os desafios da Educação Profissional contemporânea, compreendendo uma abordagem reflexiva e problematizadora das diferentes realidades vivenciadas pelos protagonistas deste processo.

Ademais, deve haver mutualismo entre as instituições de ensino superior com as escolas penitenciárias, culminando com a formação e treinamento demandados pelos órgãos de segurança pública, havendo verdadeiro intercâmbio de conhecimento e práticas consistentes e apropriadas à administração penitenciária.

Os cursos de formação de Tecnólogos, especificamente o Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais da ESADE, apoiado pelo seu currículo, propõe-se a contribuir, efetivamente, com a qualificação dos profissionais do sistema carcerário nos seus diversos vieses, ampliando sua parcela de participação como agentes transformadores e reforçando seu comprometimento, principalmente, com a cidade de Porto Alegre e região metropolitana, mas possibilitando ampliar os espaços de atuação para outras comunidades e realidades.

Portanto, com base nas informações apresentadas, o Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais da ESADE encontra-se em um mercado promissor e carente de qualificação profissional, principalmente com a probabilidade de construção de novos presídios em virtude da crescente taxa de apenados no Estado e no País inteiro, o que, via de consequência, necessitará de

grande demanda por profissionais competentes para o exercício de sua atividade. Dessa forma justificam-se a criação e oferta do curso para a comunidade onde a ESADE está inserida.

### **2.3.1 Objetivos do curso**

#### **Objetivo Geral**

O Curso Tecnólogo em Serviços Penais da ESADE, fundamentado em seu Projeto Político Pedagógico, tem como objetivo geral a formação de profissionais com sólidos conhecimentos teóricos e práticos, preparados para atuar na definição de estratégias de prevenção e articulação com os serviços externos de assistência, que traduzam em serviços de qualidade para a comunidade, objetivando diminuir os efeitos do aprisionamento e promovendo as condições necessárias para a reintegração social, a partir de um currículo centrado no desenvolvimento de competências e habilidades, em um ambiente pedagógico caracterizado pela adoção de alternativas metodológicas dinâmicas e ativas, onde o estudante é o protagonista do seu próprio aprendizado.

#### **Objetivos específicos**

O Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais tem como objetivos específicos:

- Formar profissionais que possam garantir a segurança do reeducando, promovendo a disciplina, a saúde e a qualidade de vida, bem como a sua reintegração social.
- Propiciar ao estudante o conhecimento da lei de execução penal, da complexidade do sistema penitenciário, da aplicação das penas e medidas alternativas, dos mecanismos e serviços para assistência de presos internados e egressos.
  - Despertar o estudante para o exercício do raciocínio reflexivo, crítico, analítico e lógico que possa ser utilizado na formulação de soluções de problemas práticos e reais no mundo do trabalho.
  - Formar profissionais competentes, éticos e com espírito empreendedor, capazes de perceber mudanças e inovar, atuando como agentes de sua própria história e da comunidade onde se inserem.
  - Estimular o estudante a estar em constante aprimoramento, isto é, aprender e continuar aprendendo.
  - Proporcionar condições para o estudante pensar e produzir alternativas que busquem a melhoria da qualidade de vida da sociedade em contextos de inclusão social, ética, consciência com a preservação do meio-ambiente e o respeito à vida e à comunidade.
  - Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica por meio do ensino, pesquisa aplicada e projetos de extensão da ESADE.

### 2.3.2 Perfil profissional do egresso

Ao finalizar o Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais, o profissional deverá estar apto ao trabalho, de forma crítica e reflexiva. Deverá ser ético e pró-ativo, capaz de criar, empreender, planejar e gerenciar ações orientadas para a reinserção social do apenado e para minimizar os riscos de confinamento.

O perfil profissional do egresso em Serviços Penais deverá, sobretudo, desenvolver as seguintes competências:

- Promover a disciplina, a saúde e qualidade de vida do preso, internado e egresso, gerenciando as equipes de trabalho para a otimização do Sistema Penitenciário.
- Formular, propor e implementar metas de melhorias no Sistema Penitenciários e políticas públicas para o setor, que minimizem os riscos do aprisionamento.
- Articular com os serviços externos de assistência serviços de qualidade com a comunidade para garantir a reintegração social do preso..
- Garantir o respeito aos Direitos Humanos, conscientizando-se de que o apenado não deve ser coisificado, ao contrário, disseminando o sentido da humanização da pena, de forma ética e com respeito aos valores de uma vida digna.
- Aplicar os mecanismos e serviços para assistência de presos, internados e egressos, objetivando sua ressocialização e reinserção social.
- Interagir com todas as partes envolvidas nos mais diferentes níveis do sistema penitenciário, resolvendo conflitos e atuando com foco na otimização de recursos e pessoas para melhorias nos resultados da administração penitenciária.

### 2.4 Número de Vagas

O curso irá oferecer 200 vagas anuais nos turnos matutino e noturno.

## 2.5 Projeto Pedagógico do Curso: formação

O curso de Serviços Penais está organizado em módulos, com certificações intermediárias de Qualificação Profissional, distribuídos ao longo de 04 (quatro) semestres, totalizando 1.656 horas/aula acrescidas de 100 horas de atividades complementares, totalizando 1.756 horas.

As unidades curriculares dos Módulos I e II foram projetadas para o estudante apropriar-se de competências e habilidades diretamente relacionadas à gestão na área de segurança pública, com foco no sistema penitenciário. Nas unidades curriculares desses módulos o aluno deverá desenvolver projetos que possibilitem a prática e implementação dos conhecimentos desenvolvidos, qualificando-o para atuar como **Analista em Gestão Penitenciária**.

Ao finalizar o Módulo IV (1.656 horas), juntamente com a conclusão das Atividades Complementares (100 horas), o estudante receberá o diploma de Tecnólogo em Serviços Penais.

Como complemento às aulas, as unidades curriculares poderão fazer uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), no intuito de comprometer o estudante com seu próprio aprendizado por meio de ferramentas e recursos de EAD, interagindo de forma síncrona e/ou assíncrona com colegas e professores.

Após a conclusão do Curso de Tecnologia em Serviços Penais, o estudante, de acordo com as competências e habilidades adquiridas, terá plenas condições de assumir funções nas áreas de atuação da administração penitenciária.

## 2.6 – Representação Gráfica de um Perfil de Formação

<b>Módulo I</b>	<b>Módulo II</b>	<b>Módulo III</b>	<b>Módulo IV</b>
Introdução ao Sistema Penitenciário 72h	Criminologia 72h	Sanção Penal 72h	Execução Penal II 72h
Direitos Humanos 72h	Gestão de Projetos 72h	Execução Penal I 72h	Tópicos Especiais em Serviços Penais 72h
Direito Constitucional Positivo 72h	Processo Penal 72h	Sistemas Penais II 72h	Epidemiologia e Toxicologia 72h
Crimes em Espécie 72h	Direito Administrativo 72h	Segurança no Sistema Penitenciário 72h	Ações Integradas de Reintegração Social 72h
Fundamentos de Psicologia 72h	Sistemas Penais I 72h	Noções de Saúde Física e Mental 72h	Segurança Pública e Justiça Criminal 72h
Fundamentos de Administração 72h	Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação 72h	Gerenciamento de Crises 72h	
432h	432h	432h	360h
	<b>Certificação de Qualificação Profissional - Analista de Gestão Penitenciária</b> 864h	<b>Certificação Qualificação Profissional - 1.296h</b>	
<b>Atividades Complementares</b>	<b>100h</b>		
			<b>Diploma de Tecnólogo em Serviços Penais</b>  <b>1.756h</b>

## 2.5.1 Currículo Pleno do curso

	<b>Unidade Curricular</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Módulo I</b>	Introdução ao Sistema Penitenciário	4	72
	Direitos Humanos	4	72
	Direito Constitucional Positivo	4	72
	Crimes em Espécie	4	72
	Fundamentos de Administração	4	72
	Fundamentos de Psicologia	4	72
<b>Módulo II</b>	Criminologia	4	72
	Planejamento Estratégico em Serviços Penais	4	72
	Processo Penal	4	72
	Direito Administrativo	4	72
	Sistemas Penais I	4	72
	Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação	4	72
<b>Módulo III</b>	Sanção Penal	4	72
	Execução Penal I	4	72
	Sistemas Penais II	4	72
	Segurança nos estabelecimentos penitenciários	4	72
	Noções de Saúde Física e Mental	4	72
	Gerenciamento de Crises	4	72
<b>Módulo IV</b>	Execução Penal II	4	72
	Tópicos Especiais em Serviços Penais	4	72
	Epidemiologia e Toxicologia	4	72
	Ações Integradas de Reintegração Social	4	72
	Segurança Pública e Justiça Criminal	4	72
	Total de Horas Aula		<b>1656h</b>
	Atividades Complementares		<b>100h</b>
	Diploma de Tecnólogo em Serviços Penais		<b>1756h</b>

### **2.5.2 Conteúdos curriculares**

As unidades curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais priorizam as atividades práticas, o estudo do sistema carcerário e o trabalhos em equipe, disponibilizando infraestrutura adequada e compatível com os requisitos e exigências de performance e qualidade.

Também estão priorizados o desenvolvimento de projetos e o estudo de atividades da área de segurança pública, em especial a gestão, a assistência e a execução penal.

Dessa forma, o Currículo do Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais apresenta um currículo que cumpre, de forma transversal, todos os objetivos propostos para o curso.

### 2.5.3 Ementário

<b>Módulo I</b>
-----------------

<b>Introdução ao Sistema Penitenciário</b>
--

#### **Bases Tecnológicas**

1. Aspectos Conceituais do Sistema Penitenciário
2. Aspectos Organizacionais – SUSEPE
3. Breve Histórico das penas: suplício, punição e prisão
4. Humanidade das Penas
5. Assistência ao apenado: material, jurídica, educacional, social e religiosa.

#### **Competências e Habilidades**

Conhecer a realidade carcerária, compreendendo sua dinâmica. Reconhecer o sistema carcerário no sistema penitenciário, identificando os aspectos organizacionais e pedagógicos da Lei de Execuções Penais. Compreender o histórico das penas e de forma ética, respeitar o apenado, entendendo-o como um ser humano, dotado de dignidade, direitos e prerrogativas. Implementar em seu âmbito de atuação ações para humanizar os reclusos. Garantir assistência material, jurídica, educacional e religiosa para os apenados

#### **Bibliografia Básica**

- BRETAS, M. L. (Org.) ; MAIA, C. N. (Org.) ; Sá Neto, F. (Org.) ; COSTA, M. (Org.) . História das Prisões no Brasil, volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 2. e outros, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 2009;
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2001.
- CÂMARA, João Meireles. A falência do sistema carcerário repressivo e a pena de morte. São Paulo: Editora Gonçalves, 1993.

#### **Complementar**

- D'URSO, Luiz Flávio Borges. *A privatização de presídios: uma breve reflexão*. Disponível em: < <http://www.eknippel.adv.br/default.asp?ACT=s&content=43&id=32&mnu=32>> Acesso em 01 nov 2004.
- DOTTI, René Ariel. *Reforma penal brasileira*, Rio de Janeiro: Forense, 1988.

## Direitos Humanos

### Bases Tecnológicas

01. Fundamento axiológico dos direitos humanos e sua vigência universal.
02. Direitos humanos e estado de direito.
03. Direitos humanos e direitos fundamentais.
04. Tratados internacionais de direitos humanos.
05. Construção da cidadania infantil.
06. Direitos humanos na infância.
07. Instrumentos para efetivação dos direitos humanos.
08. A participação do Estado nos direitos humanos.

### Competências e Habilidades

Apreender a problemática dos direitos humanos em solo brasileiro, reunindo os conhecimentos teóricos necessários para a defesa dos direitos humanos nas suas mais variadas instâncias de efetivação. Ver a forma como a sociedade vê o apenado e como o apenado vê a sociedade, de modo que o aluno possa estudar formas de diminuir a distância que separa a sociedade do preso.

### Bibliografia Básica

- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Direito Constitucional*. São Paulo : Saraiva.
- SARLET, Ingo. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. Porto Alegre : Livraria do Advogado.
- VILLEY, Michel. *O Direito e os Direitos Humanos*. São Paulo : Martins Fontes, 2007

### Bibliografia Complementar

- CANTERJI, Rafael Braude. *Política Criminal e Direitos Humanos*. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2007.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços: Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos*. Curitiba : Juruá, 2006.
- SCHWARTZ, Germano André Doederlein. *Direito à Saúde : efetivação em uma perspectiva sistêmica*. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2001.

<b>Direito Constitucional Positivo</b>
--

**Bases Tecnológicas**

01. O Constitucionalismo.
02. Conceito de Constituição.
03. Conceito de Direito Constitucional.
04. O Poder Constituinte.
05. O Controle de Constitucionalidade.
06. O Estado brasileiro.
07. As descentralizações do Estado Brasileiro.
08. Formas, sistemas e regimes políticos.
09. A Democracia e seus tipos.
10. A "separação dos poderes".
11. O Poder Legislativo e suas tarefas.
12. Organização e Garantias do Legislativo.
13. A elaboração da lei.
14. O Poder Executivo e sua missão.
15. A estruturação do Governo.
16. A administração Civil
17. Órgãos auxiliares do Governo.
18. O Poder Judiciário e suas garantias.
19. A organização da Justiça brasileira.
20. O Supremo Tribunal Federal.
21. O Ministério Público.
22. Os princípios do Estado de Direito.
23. Bases e valores da ordem econômica.
24. A atuação do Estado no domínio econômico.
25. Bases e valores da ordem social.

**Competências e habilidades**

Proporcionar uma visão adequada, global e sistemática do direito constitucional positivo brasileiro.

Possibilitar a análise crítica dos problemas jurídico-constitucionais no Estado brasileiro.

Propiciar ao graduando o conhecimento dogmático da Carta Magna.

Ao final da disciplina o discente deverá estar apto a: Estabelecer as relações entre a Constituição e o Estado; Identificar, a partir do texto constitucional, a organização do Estado brasileiro; Realizar hermenêutica de textos legais mediante uma perspectiva constitucionalmente adequada.

**Bibliografia Básica**

AFONSO DA SILVA, José. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2007.

FERREIRA, Pinto. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1998.

### **Bibliografia Complementar**

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática transformadora. São Paulo: Saraiva

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Almedina.

MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

<b>Crimes em Espécie</b>
--------------------------

### **Bases Tecnológicas**

01. A Lei de Tóxicos: prevenção e repressão do uso indevido e tráfico ilícito de drogas. Os tipos penais da lei 11.343/06.
02. O Código de menores: O tratamento dispensado aos menores infratores. Prevenção e assistência a menores no Estatuto da Criança e do Adolescente.
03. O estatuto de desarmamento.
04. Os crimes hediondos: A Constituição Federal e a Lei n.º 8.072/90.
05. Dos crimes contra a vida.
06. Dos crimes contra o patrimônio.
07. Os crimes contra a administração pública: crimes praticados por funcionários públicos.

### **Competências e Habilidades**

Visa oferecer ao corpo discente:

01. Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de conhecer os delitos pelos quais a quase totalidade de reeducando cumpre pena, bem como os delitos que pode incidir em sendo funcionário público.
02. Treinar o aluno, habilitando-o a colocar em prática os conhecimentos e as técnicas adquiridas, tornando-o capaz de servir ao ordenamento jurídico penal, na defesa da ordem e da paz social.
03. Colocar o aluno em contato com a realidade forense e atividades afins através de estágios, visitas a estabelecimentos sociais e penais, pesquisas de doutrina e jurisprudência.

### **Bibliografia Básica**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de direito penal: parte especial. São Paulo: Saraiva.v.2.

PRADO, Luis Regis. Comentários ao Código Penal. São Paulo : RT, 2007.

### **Complementar**

FRANCO, Alberto Silva (org.). Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: RT, 2007.

JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte especial. São Paulo: Saraiva, 1999.v.2.

NORONHA, Magalhães. Direito penal: introdução e parte especial. São Paulo: Saraiva, 1999. v.2 e 3.

## **Fundamentos de Administração**

### **Bases Tecnológicas**

01. Conteúdo, campo e objeto de estudo da Administração, Administração na sociedade moderna e o papel do administrador. Os tipos de organização onde o Administrador desempenha seu papel.
02. Contextualização das áreas funcionais existentes nas organizações enfocando as funções administrativas e de decisão. (Finanças, Marketing, Recursos Humanos, Logística, Produção e Materiais).
03. O Planejamento (finalidades, etapas do processo, planejamento estratégico, tático e operacional).
04. A Organização (princípios fundamentais, departamentalização, modelos de organização).
05. A Direção (motivação, liderança, grupos, comunicação).
06. O Controle
07. Processo decisório (tipos de decisões, racionalidade limitada, etapas, técnicas que auxiliam a tomada de decisão).

### **Competências e habilidades**

A disciplina proporciona aos alunos conhecimento a respeito dos componentes de um processo administrativo e sua interação com as habilidades requeridas de um profissional da área de administração. A proposta da disciplina é apresentar como estes dois conceitos, quando integrados harmoniosamente, na teoria e na prática se fundem tornando o processo de gerir como algo eficiente, eficaz e efetivo. Portanto, serão apresentados os quatro passos do processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle e finalmente o processo decisório como uma prática que perpassa todas as ações desenvolvidas dentro de cada uma das áreas.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

PIERCE, Jon L. & NEWSTROM, John W. **A Estante do Administrador**: um mosaico de visões contemporâneas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CHIAVENATO, I. **Administração**: teoria, processo e prática. São Paulo: Makron Books, 2003.

### **Complementar**

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

DAFT, R. L. **Teoria e projeto das organizações**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 1997

LACOMBE, F.; HEILBORN, G.. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MONTANA, P.; CHARNOV, B. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MORAES, A. M. P. de. **Iniciação ao estudo da administração**. 2.ed. São Paulo: Makron, 2001.

<b>Fundamentos de Psicologia</b>
----------------------------------

### **Bases Tecnológicas**

01. Conceito, fundamentos e elementos de comportamento organizacional.
02. Transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade.
03. Liderança, poder e cultura no cotidiano organizacional.
04. Mudança organizacional: processo de mudança, tipos e elementos, gerenciamento de aspectos comportamentais.
05. Conflito organizacional, inter-equipes e interpessoal e as formas de lidar com conflitos.
06. Ética: aspectos organizacionais e pessoais
07. Diversidade: igualdade de oportunidades, diferenças individuais, discriminação e preconceito nas organizações
08. Aspectos e impactos comportamentais na tomada de decisões

### **Competências e habilidades**

Possibilitar conhecimentos acerca dos processos inerentes ao comportamento organizacional em nível individual, grupal e institucional. Conhecimento do processo de tomada de decisão, administração de conflitos e relação com o poder a partir de reflexão e debate sobre estes aspectos. Desenvolver a capacidade de gerenciamento das organizações, a partir da internalização de questões emergentes relacionadas às diferenças humanas e igualdade de oportunidades.

Capacidade de empreender ações a partir da análise crítica do comportamento das organizações, com ética, respeito ao ser humano e foco no resultado

### **Bibliografia**

**Básica**

KANAANE, Roberto. Comportamento Humano nas Organizações: o Homem Rumo ao Século XXI. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, Stephen P. Fundamentos do Comportamento Organizacional. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

**Complementar**

MIRA Y LÓPEZ, E. Manual de psicologia jurídica. São Paulo: LZN, 2003.

SPANUDIS, Theon. Delinquência e psicanálise. São Paulo: IBDC, 1954.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 29.ed.. Petrópolis: Vozes, 1987.

AGUIAR, Maria Aparecida F.. Psicologia Aplicada a Administração – uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHANLAT, Jean. O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. v. I e II.

SOTO, Eduardo. Comportamento Organizacional: o impacto das emoções. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SPECTOR, Paul. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2002.

TAMAYO. Álvaro. Cultura e Saúde nas Organizações. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

**Módulo II****Criminologia****Bases Tecnológicas**

01. Criminologia e Direito Penal. Conceito. Histórico. Evolução da Criminologia.
02. Tendências atuais da Criminologia: Criminologia interacionista, Criminologia crítica, etc. Administração da Justiça e Criminologia.
03. Criminogênese.
04. Fatores criminógenos.
05. Tipologia criminal.
06. Violência e criminalidade.
07. Criminalidade comparada. Estatísticas da criminalidade.
08. Criminologia e execução da pena.
09. Criminalidade: prevenção e defesa social.

### Competências e Habilidades

Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de identificar a trajetória histórica do pensamento criminológico, através das principais teorias e autores que marcaram o desenvolvimento da disciplina desde o seu surgimento. A abordagem da Criminologia enquanto parte do campo transdisciplinar das ciências criminais deverá também permitir aos alunos uma compreensão das relações entre a criminalidade e o controle penal em suas várias dimensões, possibilitando uma visão crítica e de conjunto das ciências criminais em seus diversos ramos (dogmática penal, criminologia, política criminal).

### Bibliografia Básica

GARCIA-PABLOS DE MOLINA, Antônio e GOMES, Luiz Flávio. Criminologia. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. Em Busca das Penas Perdidas. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1999.

### Bibliografia Complementar

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: Ed. Hemus, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir - Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2000.

<b>Gestão de Projetos</b>
---------------------------

### Bases Tecnológicas

Aborda as questões fundamentais relacionadas com a gestão de projetos. Apresenta as principais técnicas, procedimentos e etapas envolvidas na execução de projetos, preparando os alunos para atingir os resultados planejados dentro do prazo e de acordo com o orçamento previsto, mesmo trabalhando com recursos limitados.

### Objetivos

Desenvolver a habilidade para aplicar a metodologia de projetos, sendo capaz de elaborar, analisar e gerir um projeto.

### Conhecimentos

- O Ambiente do Projeto e sua Gestão
- Introdução à gestão de projetos
- Visão integrada da gestão de projetos
- O papel e habilidades do gerente de projetos
- Conceitos, fundamentos e definição de Projetos.

- Processos na administração de projetos.
- Planejamento de projetos: objetivos dos projetos, identificação de atividades, estimação de recursos, estimação de custos, definição e seqüenciamento de atividades, montagem de uma rede de projeto, estimativas de duração de atividades, caminho crítico.
- Ferramentas auxiliares para o planejamento e controle de projetos, conhecimento dos softwares disponíveis, noções básicas, menus e principais comandos.
- Gestão de projetos: o gestor, equipes, tempo, recursos.

#### Bibliografia Básica

#### Bibliografia Complementar

<b>Processo Penal</b>
-----------------------

#### **Bases Tecnológicas**

01. Teoria geral do direito processual penal.
02. Inquérito policial.
03. Ação penal.
04. Denúncia e Queixa-crime.
05. Da prisão e da liberdade.
06. Da insanidade mental do acusado.
07. Da prova.
08. Da Sentença
09. Das nulidades.
10. Dos recursos, habeas corpus e revisão criminal.

#### **Competências e habilidades**

Capacitar o estudante no trato com a doutrina, legislação e jurisprudência processual penal, segundo os preceitos teóricos.

Desenvolver no aluno a capacidade de exame crítico do Direito Processual Penal, a partir de um paradigma constitucional e garantista, para que possa aplicar os conhecimentos teóricos no ambiente prático-profissional.

Conhecer profundamente os princípios que regem o processo penal e sua relação com os demais ramos do Direito, em especial o constitucional.

Compreensão humanista (garantista) da estrutura e dos procedimentos do Direito Processual Penal em sua subordinação à Constituição Federal.

Identificação dos fundamentos e fins do Direito Processual Penal no tocante ao cumprimento da pena após o trânsito em julgado de ação penal condenatória.

Conhecimento aprofundado e crítico da Teoria Constitucional dos procedimentos, incidentes, nulidades, sentença, recursos, ações autônomas de impugnação e coisa julgada.

### **Bibliografia Básica**

BOSCHI, Marcus Vinícius. Código de Processo Penal Comentado. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2008.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 10.ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

### **Bibliografia Complementar**

CHOUKR, Fauzi Hassan. Temas de direito e processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. Campinas: Bookseller, 1997.

STRECK, Lenio. Tribunal do júri: símbolos e rituais. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 26.ed.. São Paulo: Saraiva, 2004.

## **Direito Administrativo**

### **Bases Tecnológicas**

01. Formação, objeto e conceito do Direito Administrativo e sua inserção enquanto matéria autônoma na ciência do Direito.
02. Bases constitucionais do Direito Administrativo.
03. Estado Democrático e Administração Pública.
04. Valores Superiores e Administração Pública.
05. Administração Pública: Entidades Políticas e Administrativas; Órgãos e Agentes Públicos; Fins da Administração Pública; Poderes Administrativos: discricionário, hierárquico, disciplinar, regular e poder de polícia.
06. Controle da Discricionariedade Administrativa. Formas e limites da discricionariedade administrativa.
07. Ato Administrativo: atributos, classificação, extinção, revogação e convalidação. Aportes técnicos para uma postura crítica quanto às atividades do estado.
08. Processo Administrativo: princípios e espécies.
09. Responsabilidade Civil da Administração Pública.
10. Controle da Administração: Administrativo, Legislativo, Judicial. Tribunal de Contas.
11. Responsabilidade do Estado

12. Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Jurisdicionais.

13. Lei Complementar 10.098/94 – Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul

### **Competências e Habilidades**

Conceituar o Direito Administrativo e sua inserção enquanto matéria autônoma na ciência do Direito.

Traçar as diretrizes da Administração Pública brasileira, suas entidades políticas e administrativas, seus órgãos e agentes públicos.

Apresentar as finalidades da Administração Pública, bem como os poderes administrativos: discricionário, hierárquico, disciplinar, regular e poder de polícia.

Possibilitar uma análise crítica quanto às atividades do estado.

Identificar a aplicação e a importância dos princípios constitucionais vigentes

Perceber a presença do Poder Público nas relações jurídicas.

Realizar uma análise crítica quanto às atividades do estado, buscando alternativas para seu aprimoramento.

Dessa forma, o aluno irá desenvolver habilidades para a correta compreensão dos instrumentos necessários para um controle das atividades da Administração Pública, voltados para a materialização dos princípios do regime administrativo. Além disso, terá conhecimento da legislação pertinente ao servidor da justiça, em especial o agente penitenciário.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2005. 765 p.

MEIRELLES, Helly Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

OHLWEILER, Leonel Pires. Direito Administrativo em Perspectiva. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2000.

#### **Complementar**

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Discricionariedade e controle jurisdicional. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 13.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. 927

CRETELLA JÚNIOR, José. Direito administrativo brasileiro. 2.ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 986 p.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de direito administrativo. 7.ed.. São Paulo: Malheiros, 2004. 687 p.

MAURER, Hartmut. Elementos de direito administrativo alemão. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Fabris, 2001.

## Sistemas Penais I

### Bases Tecnológicas

1. Aspectos disciplinares no sistema prisional
2. RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)
3. Sanções
4. Recompensas
5. Devido Processo Legal – formal e material
6. Sistema – direitos fundamentais

### Competências e Habilidades

Agir de modo organizado, objetivando a disciplina no interior dos presídios. Conhecer e aplicar o RDD. Aplicar as devidas sanções, adequadas às situações apresentadas. Compreender a importância do uso das recompensas, sendo capaz de criar incentivos à massa carcerária, para o bom comportamento. Nos procedimentos disciplinares, atuar de forma legal, assegurando as garantias constitucionais para o devido processo legal. Assegurar, no exercício de suas atividades funcionais os direitos fundamentais do apenado.

### Bibliografia Básica

- DELMANTO, Roberto. Regime disciplinar diferenciado ou pena cruel?. *Boletim IBCCrim*, n. 134, ano 11, jan. 2004.
- DOTI, René Ariel. *Bases e alternativas para o sistema de penas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- SUSSEKIND, Elizebeth. Aspectos da política prisional no Brasil. *Revista CEJ*. Ano 5, nº 15. Brasília, dez 2001, p.25-30.

### Bibliografia Complementar

## Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação

### Bases Tecnológicas

01. Situações de conflito.
02. Tipos de conflito.
03. Resolução pacífica.
04. Alternativas de solução: arbitragem, mediação, conciliação e negociação.

05. Relação segurança pública e resolução pacífica de conflitos.

### **Competências e habilidades**

Analisar o processo de negociação e mediação de conflitos no ambiente organizacional. Identificar os elementos básicos do processo de negociação e mediação que permitam discutir as possibilidades de estratégias nesse processo. Exercitar a prática em negociação e mediação de conflitos em suas diversas fases. Tudo isso para que o aluno possa ter condições de dialogar com terceiros, propondo algumas das técnicas de prevenção, mediação e resolução ensinadas na disciplina.

### **Bibliografia Básica**

HINDLE, Tim. Como conduzir negociações. São Paulo: PubliFolha, 1999.

CALLIÈRES, François de. Como negociar com príncipes: os princípios clássicos da diplomacia e da negociação. Rio de Janeiro: Campus: 2001.

### **Bibliografia Complementar**

COHEN, Herb. Você pode negociar qualquer coisa. 16.ed.. Rio de Janeiro: Record, 2004

FISHER, Roger et. al. Estratégias de negociação. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

Lewicki, Roy L.; Saunders, David M.; Minton, John W. Fundamentos da Negociação. Porto Alegre: Bookman, 2002.

URY, William. Supere o não: negociando com pessoas difíceis. 3.ed.. Rio de Janeiro: Best Seller, 2005

<b>Módulo III</b>
-------------------

<b>Da Sanção Penal</b>
------------------------

### **Bases Tecnológicas**

01. As sanções penais - Sistema de penas.
02. Penas privativas de liberdade.
03. Penas restritivas de direito.
04. Pena pecuniária.
05. Da comunicação e da aplicação das penas.
06. Circunstâncias agravantes e atenuantes.
07. A reincidência.
08. Concurso de crimes - Concurso aparente de normas.
09. Suspensão condicional de pena.
10. Livramento condicional.
11. Efeitos de condenação.
12. Reabilitação.
13. Medidas de segurança.

14. Ação penal.
15. Extinção de punibilidade - Causas - O perdão judicial.
16. Prescrição, decadência e preempção.

### **Competências e Habilidades**

Instruir o aluno no sentido de torná-lo capaz de lidar com a doutrina e com a jurisprudência, segundo os preceitos teóricos.

Compreender e aplicar o cálculo da pena dos apenados, bem como o regime de cumprimento de cada caso.

Compreender o tempo de cumprimento do regime prisional de cada reeducando, de modo a, caso necessário, informar à autoridade competente caso haja cumprimento de pena a maior.

Colocar o aluno em contato com a realidade das decisões judiciais, aprendendo seus efeitos, bem como as causas de extinção da punibilidade.

### **Bibliografia Básica**

NUCCI, Guilherme de Souza. Individualização Da Pena. 3.ed.. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2009.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral, arts. 1. a 120. 5.ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2005. v.1.

### **Bibliografia Complementar**

CARVALHO, Salo de. Pena e garantias. 2.ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

COPETTI, André. Direito penal e estado democrático de direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

LUISI, Luis. Os princípios constitucionais penais. Porto Alegre: Fabris, 1991.

<b>Execução Penal I</b>
-------------------------

### **Bases Tecnológicas**

01. Objeto e aplicação da lei de Execuções Penais.
02. Do condenado e do internado: da classificação; da assistência; do trabalho; dos deveres, dos direitos e da disciplina.
03. Dos órgãos de execução penal: Do conselho nacional de política criminal e penitenciária; do juízo da execução; do ministério público; do conselho penitenciário; dos departamentos penitenciários; do patronato, do conselho da comunidade; da defensoria pública.
04. Dos estabelecimentos penais: da penitenciária; da colônia agrícola; da casa do albergado; do centro de observação, do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico; da cadeia pública.

**Competências e habilidades**

O objetivo da disciplina é dar ao aluno amplo conhecimento acerca da Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84), de modo que tenha capacidade de identificar os órgãos competentes para cada situação vivenciada, bem como auxiliar no correto cumprimento da pena, respeitando os direitos e deveres do apenado. A disciplina tem, outrossim, como objetivo, demonstrar a realidade carcerária ao aluno, de modo que ele possa, no exercício da sua função, promover estudos e iniciativas que melhorem as condições para a reintegração social do apenado na comunidade.

**Bibliografia Básica**

MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução penal. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCÃO, Renato. Lei de execução penal. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

**Bibliografia Complementar**

CARVALHO, Salo de. Pena e garantias. 2.ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

Estudos de execução criminal: direito e psicologia. Organizadores Rodrigo Torres Oliveira, Virgílio de Mattos. 2.ed. Belo Horizonte: TJMG, 2009.

MATTOS, Virgílio de (org.). Desconstrução das práticas punitivas Belo Horizonte: CRESS, 2010.

<b>Sistemas Penais II</b>
---------------------------

**Bases Tecnológicas**

1. Organizações Criminosas nos Presídios – PCC, Ataques de 2006 em São Paulo
2. Departamento de Monitoramento e Mutirões Carcerários
3. Proposta para o aprimoramento do Sistema de Justiça Criminal
4. A preparação para o retorno do apenado à liberdade.

**Competências e habilidades**

Desenvolver estratégias para detectar crimes organizados no interior dos presídios. Criar uma forma de monitoramento com esse propósito. Organizar mutirões carcerários para colocar os apenados a par da sua situação, informando-o dos seus direitos, benefícios, etc, de forma sistemática. Criar condições para o atingimento da harmonia no interior dos presídios. Identificar situações e implementar práticas que aprimorem o sistema para que o apenado retorne à liberdade, em condições adequadas de conviver em sociedade.

**Bibliografia Básica**

- Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas, Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, 2002.

- LEITE, George Lopes. O papel do juiz na execução penal. *Revista CEJ*. Ano IV, nº 15, Brasília, dez 2001, p.58-63.
- LEAL, César Barros. *Prisão: crepúsculo de uma era*. 2ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

### **Bibliografia Complementar**

<b>Segurança no Sistema Penitenciário</b>
---

#### **Bases Tecnológicas**

- Aspectos jurídicos da Abordagem;
- Relações Humanas;
- Telecomunicação Operacional;
- Inteligência Policial;
- Uso progressivo da força;
- Local de crime: isolamento e prevenção
- Armamento, munições
- Sistemas de Segurança Pública no Brasil
- Absorção da mão de obra advinda do Sistema Prisional

#### **Competências e Habilidades**

- Cumprir a missão institucional dentro dos padrões de cidadania, ética, legalidade, moralidade e transparência, entre outras pertinentes à ação profissional, dentro de um Estado Democrático do Direito. Identificar as diferenças entre criminalidade e violência. Desenvolver uma atitude que provoque uma cultura de paz. Compreender o papel de cada organização que compõe o sistema de segurança pública e defesa social. Elaborar estratégias para trabalhar de forma integrada com os demais órgãos de segurança pública. Manter a ética profissional com relação aos demais integrantes do Sistema de Segurança Pública. Compreender a visão sistemática da segurança pública: as instituições, os profissionais, os políticos e as ações voltadas ao cidadão.

#### **Bibliografia Básica**

- Adorno, Sérgio "Prisões, violência e direitos humanos no Brasil" IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio e GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs.) *Direitos Humanos no século XXI*. Brasília, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.
- Foucault, Michel (1987) *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, Irving *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- Wacquant, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zauhar, 2001

#### **Bibliografia Complementar**

- Alvim, Rui Carlos Machado (1991) O Trabalho Penitenciário e os Direitos Sociais. São Paulo, Ed. Atlas.
- Brant, Vinicius Caldeira (1997) O Trabalho Encarcerado. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Carvalho Filho, Luís Francisco (2002) A Prisão. São Paulo: Publifolha.
- Minhoto, Laurindo Dias. Privatização dos Presídios e Criminalidade. Max Limonad, 2000.
- Paixão, Antônio Luiz (1987) Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso. São Paulo, Cortez.
- Ramalho, José Ricardo (1983) O mundo do crime: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro, Graal.

## Noções de Saúde Física e Mental

### Bases Tecnológicas

01. Conceituação da personalidade; Fatores orgânicos determinantes da personalidades; fatores psicológicos determinantes da personalidade; temperamento e caráter.
02. Percepção do testemunho; memória do testemunho; confissão; simulação e dissimulação; exame da personalidade.
03. Conceito de saúde psicológica; oligofrenias e sua importância jurídica; psicoses orgânicas e psicoses funcionais.
04. Psiconeuroses: conceito e tipos.
05. Psicopatias e suas implicações forenses.
06. Incapacidade de entendimento e de determinação.
07. Doenças na comunidade prisional.
08. Formas de controle, prevenção.
09. Estrutura disponibilizada pelo Estado
10. AIDS.

### Competências e habilidades

Conhecer as noções de questões médicas e psicológicas determinantes no contexto do sistema prisional. Implementar políticas que deem condições aos apenados para relatar aos profissionais competentes possíveis anomalias adquiridas no cumprimento da pena ou medida de segurança. Entender os documentos médico-legais e saber criticá-los. Identificar as principais doenças que permeiam o sistema prisional, seus fatores de contaminação e suas formas de controle e prevenção. Conhecer as políticas implantadas pelo Estado e sua eficácia. Contribuir para o controle e prevenção das principais doenças no desempenho de sua profissão.

**Bibliografia Básica**

VAZ, Mácia e BENFICA, Francisco Silveira. Medicina Legal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

RINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica: para operadores do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BERGERET, J. et al. Psicopatologia: teoria e clínica. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Jorge, Miguel R. (Coord.). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV-TR. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

**Bibliografia Complementar**

MIRA Y LÓPEZ, E. Manual de psicologia jurídica. São Paulo: LZN, 2003.

SPANUDIS, Theon. Delinquência e psicanálise. São Paulo: IBDC, 1954.

Elbert, Carlos Alberto. Novo manual básico de criminologia: de um operador da bolsa de valores. Tradução: JUNIOR, Ney Fayet. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 29.ed.. Petrópolis: Vozes, 1987.

RUDNICKI, Dani. Aids e Direito: papel do estado e da sociedade na prevenção da doença. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996

<b>Gerenciamento de crises</b>
--------------------------------

**Programa**

01. Gerenciamento de crise: conceito.
02. Rebelião em estabelecimentos penais.
03. Técnicas de negociação.
04. Radiografia do sequestro: agir do sequestrador, tipos de sequestradores, fases.

**Competências e habilidades**

Conhecer a doutrina de gerenciamento de crises, bem como os procedimentos para a resolução de crises e seu conceito. Conhecer e identificar as síndromes de estocolmo e londres. Conhecer e definir os tipos de sequestradores, os tipos e fases do sequestro, além das medidas anti-sequestro, atuando de maneira efetiva em situações de crise. Identificar as características das rebeliões, as técnicas de gerenciamento delas, bem como as reações e motivações em cada situação, para aplicar as melhores técnicas de conciliação e resolução dos conflitos. Elaborar estudos e técnicas de intervenção para cada situação de crise.

**Bibliografia Básica**

**Bibliografia Complementar****Módulo IV****Execução Penal II****Bases Tecnológicas**

01. Da execução das penas em espécie: das penas privativas de liberdade; das penas restritivas de direitos; da suspensão condicional; da pena de multa.
02. Da execução das medidas de segurança: disposições gerais e da cessação da periculosidade.
03. Dos incidentes de execução: das conversões; do excesso ou desvio; da anistia e do indulto.
04. Do procedimento judicial.
05. Disposições finais.

**Competências e habilidades**

Conhecer amplamente a Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84), identificando os órgãos competentes para cada situação vivenciada, auxiliando no correto cumprimento da pena, respeitando os direitos e deveres do apenado. Compreender a realidade carcerária, promover estudos e iniciativas que melhorem as condições para a reintegração social do apenado na comunidade.

**Bibliografia****Básica**

MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução penal. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCÃO, Renato. Lei de execução penal. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

**Complementar**

CARVALHO, Salo de. Pena e garantias. 2.ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

Estudos de execução criminal: direito e psicologia. Organizadores Rodrigo Torres Oliveira, Virgilio de Mattos. 2.ed. Belo Horizonte: TJMG, 2009.

MATTOS, Virgilio de (org.). Desconstrução das práticas punitivas Belo Horizonte: CRESS, 2010.

**Tópicos Especiais em Serviços Penais****Bases Tecnológicas****Competências e habilidades**

**Bibliografia Básica****Bibliografia Complementar****Ações de Reintegração Social****Programa**

01. O serviço de inteligência entre os órgãos de segurança pública e sua cooperação.
02. Operações integradas e competência.
03. Comando e acompanhamento de operações.
04. Metas planejadas.

**Competências e habilidades**

Ensinar ao aluno como é a atuação perante outros órgãos de segurança pública e suas formas de cooperação. Assim, o tecnólogo terá conhecimento do procedimento e maneira de agir após o ingresso em cargo onde haja compartilhamento de informações e atuação conjunta.

**Bibliografia Básica****Bibliografia Complementar****Epidemiologia e Toxicologia****Bases Tecnológicas**

- Doenças na comunidade prisional.
- Formas de controle, prevenção.
- Estrutura disponibilizada pelo Estado
- AIDS.
- Conceitos, finalidades, aspectos e condições de exposição.
- Princípios de toxicologia
- Toxicologia ocupacional
- Contaminantes e pesticidas
- Toxicologia dos Alimentos
- Toxicologia das drogas e abusos: álcool, cocaína, maconha, crack, solventes.

- Prevenção.

### **Competências e habilidades**

Identificar as principais doenças que permeiam o sistema prisional, auxiliando na prevenção dos fatores de contaminação e disseminando suas formas de controle e prevenção. Conhecer as políticas implantadas pelo Estado e sua eficácia. Contribuir para o controle e prevenção das principais doenças do sistema prisional. Compreender como os produtos químicos, as drogas e outros produtos alteram os sistemas biológicos. Analisar os mecanismos e condições sob os quais se produzem efeitos prejudiciais. Compreender os efeitos da exposição à agentes químicos, físicos e biológicos presentes no local de trabalho e na comunidade. Identificar e prevenir doenças transmissíveis por alimentos. Entender a classificação das substâncias psicoativas, aspectos clínicos, sociais, epidemiológicos e de prevenção do uso de drogas. Conhecer os critérios de dependência, tolerância, diagnóstico e modelos de tratamento.

### **Bibliografia Básica**

VEGA, Pedro Vale. Toxicologia de Alimentos. México: OMS, 1986. 218p. Editor: World Health Organization.

LARINI, Lourival. Toxicologia. São Paulo: Manole, 1997.

ALBERT, L. A. Curso básico de toxicologia ambiental. México: OPAS/OMS, 1985.

### **Bibliografia Complementar**

EDWARDS,G, & DARE, C. (1997). Psicoterapia e Tratamentos de Adições. Porto Alegre: Artes Médicas.

LONGENECKER,G. (1998).Como Agem As Drogas-O Abuso das Drogas e o Corpo Humano.Alabama: Quark Books.

MARLATT, A. & GORDON, J. (1993). A Prevenção da Recaída. Porto Alegre: Artes Médicas.

MARLATT, A. et al. (1999). Redução de Danos; estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artes Médicas.

MASUR, J.& CARLINI, E.(1993). Drogas –Subsídios para uma discussão. São Paulo: Editora Brasiliense.

RUDNICKI, Dani. Aids e Direito: papel do estado e da sociedade na prevenção da doença. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

**Programa**

01. Instituições do sistema de segurança pública.
02. Fundamentos e legitimidade da política criminal.
03. Políticas públicas de combate à violência.
04. Tendências contemporâneas de política criminal.

**Competências e habilidades**

Implementar e praticar, no âmbito do sistema prisional a cidadania, os direitos humanos e a educação para a paz como diretrizes para a atuação profissional sua atuação profissional.

Compreender e ajudar a construir uma cultura de segurança pública fundada no exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas.

Desenvolver pesquisa técnico-científica aplicada à Segurança Pública.

Implementar ações prioritárias em segurança pública, no seu âmbito de atuação.

**Bibliografia**

**Básica Pegar bibliografia de segurança pública do projeto renata**

**Complementar**

#### 2.5.4 Metodologia

A metodologia utilizada pelos docentes do curso deve articular métodos ativos de ensino e uma prática de avaliação que possibilite o diagnóstico de dificuldades a serem superadas, considerando as competências a serem constituídas e identificando as mudanças de percurso eventualmente necessárias. As aulas serão desenvolvidas através da combinação de várias metodologias que buscam integrar a teoria com a prática a partir da apresentação, discussão e aplicação dos conhecimentos desenvolvidos.

Conforme ilustrado no tópico 2.5, Projeto Pedagógico do Curso: formação, os docentes utilizarão diversas estratégias, intervenções pedagógicas e metodologias de ensino, a partir dos espaços e oportunidades de aprendizagem desenvolvidas para/pelos alunos, tais como:

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Trabalhos em grupo e preparação de seminários;
- Avaliações dissertativas e objetivas;
- Fichas de leitura;
- Trabalhos de pesquisa;
- Debates;
- Identificação e análise de situações complexas e/ou problemas;
- Propostas de intervenção;
- Análise crítica sobre aspectos estudados, discutidos e/ou observados;
- Participação em atividades de simulação;
- Estudos de casos;
- Palestras com profissionais de referências da área;
- Participação em seminários, workshop e oficinas;
- Elaboração e execução de projetos.
- Construção de diálogos e materiais de forma colaborativa

A seguir estão listadas algumas das práticas pedagógicas que serão utilizados nas unidades curriculares do curso, sem esgotar outras práticas que permitam aos estudantes apropriarem-se adequadamente das habilidades e competências requeridas:

- Desenvolvimento de exercícios práticos em sala de aula;
- Apresentação de Conteúdos;
- Aulas Interativas;
- Estudos Dirigidos;
- Tarefas Complementares;

- Grupos de Estudo;
- Realização de visitas e relatórios técnicos.

### **2.5.5 Atendimento ao discente**

A partir do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a ESADE oferece os seguintes serviços de atendimento ao discente:

- Auto-atendimento, através do endereço eletrônico da instituição;
- Uso de e-mail através do laboratório de informática, com acesso à Internet;
- Serviços prestados pelos núcleos especializados;
- Serviços de ouvidoria, canal eficiente de comunicação com a comunidade universitária;
- Acompanhamento de carreiras;
- Apoio psicopedagógico;
- Estratégias de nivelamento;
- Divulgação de trabalhos e produção científica;
- Acompanhamento de egressos;
- Registros e controle acadêmico.
- Aconselhamento de matrícula e re-matrícula.

### **Formas de ingresso**

Processo Seletivo / Vestibular, Seleção Especial, ENEM e Transferência.

### **Incentivo à Permanência**

A ESADE identifica que a permanência do aluno na Instituição está associada à proposta da mesma, aliada ao projeto de vida de cada um.

São vários os fatores que levam os alunos a evadirem da Educação Superior, dentre eles, podemos destacar: a desinformação sobre os cursos, a escolha precoce da profissão, os novos interesses, a desmotivação com o curso escolhido ou com a profissão desejada, as dificuldades pessoais de adaptação, as dificuldades na relação ensino-aprendizagem, entre outros fatores.

Nesse contexto, a ESADE propõe ações psicopedagógicas como forma de estimular a permanência dos alunos, auxiliando no término de seus cursos e em sua realização pessoal e profissional.

### **Apoio Psicopedagógico**

A ESADE busca, através de um programa de atendimento psicopedagógico, individualizado e em grupos, durante todo o processo educativo de seus alunos, investir em uma concepção de ensino-aprendizagem que:

- Estimule as interações pessoais;
- Atue na busca por novas experiências;
- Fomente a vontade de buscar auxílio, através de profissionais especializados, resolvendo seus conflitos, facilitando assim o processo de ensino-aprendizagem;
- Incentive a postura transformadora de toda a comunidade educativa para, de fato, inovar a prática escolar, tornando a Instituição de Ensino um lugar prazeroso.

Considerando que a Instituição de Ensino é responsável por uma parcela significativa da formação do estudante, o trabalho psicopedagógico deve atuar preventivamente, através de ações que promovam o desenvolvimento cognitivo e a construção do conhecimento, bem como normas de conduta, auxiliando-o em sua formação, enquanto profissional e ser humano.

Pensando nisso, a ESADE desenvolve programas que vão ao encontro das necessidades de seus discentes, como complemento de sua aprendizagem, são eles:

- Programas de Atendimento Psicopedagógico e Orientação Pedagógica;
- Programa de nivelamento;
- Ampliação da oferta de estágio.

#### **Núcleo de Orientação de Carreiras - NOC**

O NOC foi constituído, conforme diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional, com o seguinte objetivo: prestar serviços de acompanhamento da carreira dos acadêmicos, auxiliando-os na elaboração de um desenho para sua trajetória profissional, bem como a definição de um plano de ação para alcançá-la.

#### **Organização Estudantil**

Através de programas de atuação pedagógica e psicopedagógica, aliados à ação da comunidade escolar, tornar a Instituição um espaço prazeroso não só de aprendizagem de conteúdos educacionais formais, mas de convívio, de troca de valores e experiências, de pesquisa e experimentação, que possibilitem a flexibilização de atividades docentes e discentes, integrando-os, estimulando assim a interação professor-aluno e aluno-aluno.

#### **Acompanhamento de egressos**

Tendo em vista a criação do curso pelo Ministério da Educação no ano de 2011, a ESADE, mais uma vez pioneira, se propõe a acompanhar seus egressos. Esse programa objetiva acompanhar a inserção de seus alunos no mercado de trabalho, bem como a melhoria na prestação do serviço público aos egressos que já desempenhavam suas funções no âmbito da segurança pública.

A avaliação de inserção e desempenho dos egressos utilizará os seguintes indicadores:

- nível de empregabilidade;
- vínculo com a ESADE, via formação continuada.

### **3 CORPO DOCENTE**

#### **3.1 Administração acadêmica**

##### **3.1.1 Composição do NDE (Núcleo Docente Estruturante)**

O NDE é composto por X dos docentes previstos para o primeiro ano do curso.

Fazem parte do NDE os professores ..(Sugestão –

##### **3.1.2 Titulação do NDE**

100% do NDE possui titulação acadêmica obtida em programas de mestrado e/ou doutorado, sendo composto por um professor com titulação de doutor e os demais com titulação de mestre.  
**ADEQUAR AO NOVO INSTRUMENTO**

##### **3.1.3 Experiência profissional do NDE**

100% do NDE possui experiência profissional fora do magistério de no mínimo 3 anos.

##### **3.1.4 Regime de trabalho do NDE**

100% do NDE tem previsão de regime de trabalho de tempo parcial ou integral.

##### **3.1.5 Titulação, formação acadêmica e experiência do coordenador do curso**

Antônio Dionísio Lopes advogado criminalista, ex-procurador de justiça e professor universitário. É bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul e mestre em Ciências Criminais pela PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999). Tem 27 anos

de experiência no magistério superior, ministrando disciplinas de direito penal, processo penal e prática de processo penal. Além disso foi delegado de polícia e como membro do Ministério Público ocupou os cargos de Superintendente de Serviços Penitenciários a convite do governador do estado, e Assessor da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Foi também Promotor Chefe das Promotorias Criminais do Rio Grande do Sul.

### **3.1.6 Regime de trabalho do coordenador do curso**

O regime de trabalho do Coordenador Antônio Dionísio Lopes na IES é de tempo parcial, com carga horária de 25 horas semanais.

## **3.2 Perfil docente**

### **3.2.1 Titulação**

100% do corpo docente do curso, para o primeiro ano, tem titulação obtida em programas de pós graduação stricto sensu.

### **3.2.2 Regime de trabalho**

80% do corpo docente tem previsão de regime de tempo parcial e/ou integral.

### **3.2.3 Tempo de experiência de magistério superior ou educação profissional**

Mais de 80% do corpo docente tem 3 ou mais anos de experiência profissional no magistério superior ou na educação profissional.

### **3.2.4 Tempo de experiência profissional (fora do magistério)**

100% do corpo docente do primeiro ano de curso tem 5 anos ou mais de experiência fora do magistério.

### **3.2.5 Professores do Corpo docente do primeiro ano (Revisar tudo conforme o novo instrumento)**

O corpo docente do primeiro ano do Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais é composto pelos seguintes professores:

## **3.3 Condições de trabalho**

### **3.3.1 Número de alunos por turma em disciplina teórica**

O número de alunos por turma em disciplina teórica será de 50 estudantes.

### **3.3.2 Pesquisa, produção científica e tecnológica**

As políticas de pesquisa da ESADE estão baseadas nas diretrizes do CNPQ. A pesquisa, como fonte de cultivo do saber humano e de atividade investigatória direcionada para uma nova observação da realidade social. Sendo a realidade social entendida como um processo de busca, tratamento e transformações de informações, levada a efeito segundo as regras fornecidas pela metodologia da pesquisa.

Nessa linha de raciocínio, a ESADE verifica na pesquisa um importante papel de aprimoramento do ensino de graduação. Com ela, há o fomento a uma formação contínua para seus egressos. Dentro da perspectiva adotada em sua missão, entende-se que a pesquisa é o espaço de inovação por excelência e de tarefa estratégica de longo prazo capaz de desenvolver uma visão emancipatória e autônoma ao investigador. A visão empreendedora de mundo é, portanto, o norte que consolida e orienta todas as suas ações de pesquisa em direção à complexidade dos fatores que circundam a realidade na qual a IES resta inserida, procurando transformá-la.

Na perspectiva da geração de resultados para a densidade acadêmica para a IES, a pesquisa contribui com a produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático de temas relevantes do ponto de vista científico e tecnológico. A sistematização dos resultados obtidos pretende fornecer instrumentos direcionados para a busca de respostas inovadoras para os problemas emergentes.

Na linha de uma sociedade de conhecimento, a produção do saber é assumida como uma das novas exigências do mundo de trabalho, atingindo, também, as relações empresariais. Logo, a

ESADE, com seu fundamento de inovação, procura viabilizar a relação de transformação entre sociedade e IES, tendo como grandes preocupações de investigação:

Produção de Conhecimento e Desenvolvimento Social;

Empreendedorismo e Realidade Social.

As áreas de investigação, por seu turno, orientam as linhas de pesquisa de cada curso, respeitando, todavia, a particularidade e os objetivos de cada um deles. Dessa maneira, a visão de pesquisa adotada pela ESADE está conectada a uma visão de produção do conhecimento flexível, parte do processo de aprendizagem, formadora de pessoas polivalentes e empreendedores.

As linhas de pesquisa de cada Curso adotadas até o presente momento são:

Curso de Administração: Administração e Empreendedorismo

Curso de Contabilidade: Controladoria e Desenvolvimento Social

Curso de Direito: Empresa e Realidade Jurídico-Social

Importante frisar, também, que a pesquisa é um meio de formação de profissionais qualificados no nível superior. Para tanto, é necessário articular os docentes pesquisadores em Linhas de Pesquisas (Cursos) cujos grupos aos quais os pesquisadores se coadunam restem aprovadas previamente pela ESADE.

A publicação do conhecimento resultante da pesquisa é a condição mínima para a disseminação de saberes. Ocorre por meio de eventos promovidos no seio da IES e em eventos externos. Também é veiculada em meios de difusão científica (internos e externos). Com essa difusão gera-se repercussão direta no ensino e nos canais de interação da extensão.

As ações de pesquisa da ESADE seguem as diretrizes institucionais a partir da definição das Áreas de Conhecimento, tendo por base a classificação do CNPq. Todas as pesquisas devem ser classificadas de acordo com as grandes áreas e áreas de cada saber. Essa classificação estimula a adoção de atividades investigativas dentro da padronização nacional. Favorece, portanto, os estudos e os relatórios sobre a produção da Pesquisa, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática. As ações de pesquisa são conduzidas pelas Áreas de Concentração definidas pela instituição, auxiliando a construção de seus Grupos e Projetos de Pesquisa.

O Curso Superior de Tecnologia em Serviços Penais da ESADE proporciona a articulação entre as dimensões da universalidade no ensino, na pesquisa e na extensão:

1. No ensino a partir da formação do aluno nas competências e habilidades para a análise e desenvolvimento de soluções para o sistema carcerário.
2. Na pesquisa aplicada pelo caráter investigatório das ações de busca de soluções para o crescente número de apenados no Brasil, bem como a gestão do sistema carcerário e na forma do cumprimento da pena. Ademais, a Rede Laureate oferece uma oportunidade ímpar para docentes e alunos pesquisadores formarem parcerias nacionais e internacionais com outros grupos de pesquisa.
3. Na extensão pela interlocução dos espaços de implementação e criação de produtos que proporcionem a melhoria da qualidade de vida das pessoas nos níveis sociais, com possibilidades de inserção da ESADE junto à comunidade na oferta e participação em eventos, cursos de extensão,

além de programas e projetos como atividades de extensão junto às áreas públicas de educação, promovendo a inclusão social, a cidadania e a qualificação profissional das pessoas.

## **4 INSTALAÇÕES FÍSICAS**

### **4.1 Instalações gerais**

#### **4.1.1 Sala de professores e sala de reuniões**

As instalações para docentes da ESADE na Unidade Sede estão localizados no 8º andar. Já no prédio da unidade II, a sala dos professores se localiza no andar térreo. Todo mobiliário e equipamento são adequados às exigências da qualidade dos Cursos e estão em contínua avaliação e renovação.

Na unidade sede são disponibilizados para o corpo docente dos Cursos oferecidos recursos de informática, totalizando 05 computadores, 02 impressoras, 01 Scanner distribuídos nas áreas das coordenações, NDE e salas dos professores.

Na Unidade II, há 02 computadores e impressora em rede, além de telefone com acesso aos ramais internos e linha externa (DDD e DDI).

Todos os ambientes possuem ventilação e iluminação artificial e natural, contando com o ar condicionado central, chão forrado por carpete, mesas de trabalho individual e em conjunto, cadeiras estofadas, telefones com acesso aos ramais internos e a ligações externas – locais e nacionais.

A ESADE possui 3 salas para coordenação acadêmica, tendo cada uma delas 12m<sup>2</sup>. Os coordenadores possuem salas de trabalho, todas equipadas com cadeiras, estofadas, mesas, computadores conectados e interligados a impressoras centrais, bem como acesso à internet, à intranet e ao banco de dados da faculdade, gerenciado pelo software GVCollege., um telefone com acesso aos ramais internos e a ligações externas, sendo estas tanto nacionais, quanto internacionais.

#### **4.1.2 Gabinetes de trabalho para professores**

A ESADE disponibiliza nas salas dos professores os recursos para que estes possam desempenhar melhor seu trabalho. Além de computadores, há espaço de convivência, mesa para café e chá, revisteiro, scanner e telefone.

#### **4.1.3 Salas de aula**

A capacidade total de estudantes que as salas de aula comportam é de mais de mil alunos.

Na unidade Sede, as salas de aulas comportam 890 alunos, estando localizadas em vários andares do prédio.

Divididas por andar, são estas as seguintes salas:

4º andar - salas 401 e 402

5º andar - salas 501, 502, 503 e 504

6º andar - salas 601, 602 e 603

7º andar - salas 701, 702, 703 e 704

8º andar - salas 801, 802, 803 e 804

As salas de aula são utilizadas por disciplinas específicas de cada Curso, respeitando a relação entre dimensões métricas e número de alunos, conforme especificações abaixo:

Sala de aula, número 401, com uma área de 39.7m<sup>2</sup>, com capacidade total para 41 alunos.

Sala de aula, número 402, com uma área de 40.8m<sup>2</sup>, com capacidade total para 49 alunos.

Sala de aula, número 501, com uma área de 36.9m<sup>2</sup>, com capacidade total para 41 alunos.

Sala de aula, número 502, com uma área de 40.8m<sup>2</sup>, com capacidade total para 41 alunos.

Sala de aula, número 503, com uma área de 38m<sup>2</sup>, com capacidade total para 41 alunos.

Sala de aula, número 504, com uma área de 55.4m<sup>2</sup>, com capacidade total para 64 alunos.

Sala de aula, número 601, com uma área de 55,5m<sup>2</sup>, com capacidade total para 61 alunos.

Sala de aula, número 602, com uma área de 50,5m<sup>2</sup>, com capacidade total para 61 alunos.

Sala de aula, número 603, com uma área de 48m<sup>2</sup>, com capacidade total para 59 alunos.

Sala de aula, número 701, com uma área de 39.5m<sup>2</sup>, com capacidade total para 41 alunos.

Sala de aula, número 702, com uma área de 43.5m<sup>2</sup>, com capacidade total para 49 alunos.

Sala de aula, número 703, com uma área de 40.6m<sup>2</sup>, com capacidade total para 49 alunos.

Sala de aula, número 704, com uma área de 55.4m<sup>2</sup>, com capacidade total para 64 alunos.

Sala de aula, número 801, com uma área de 39.5m<sup>2</sup>, com capacidade total para 41 alunos.

Sala de aula, número 802, com uma área de 43.5m<sup>2</sup>, com capacidade total para 49 alunos.

Sala de aula, número 803, com uma área de 40.6m<sup>2</sup>, com capacidade total para 41 alunos.

Sala de aula, número 804, com uma área de 55.4m<sup>2</sup>, com capacidade total para 64 alunos.

O prédio da Unidade II comporta atualmente 280 alunos em sala de aula letiva (não contabilizando os laboratórios de informática); são 4 salas de aula – duas no primeiro piso, duas no segundo andar.

A capacidade de cada sala é:

Sala 101 – capacidade para 63 alunos

Sala 103 – capacidade para 65 alunos

Sala 201 – capacidade para 41 alunos

Sala 202 – capacidade para 45 alunos

Além destas salas, há também o auditório que pode abrigar 70 classes, ou ser utilizado para eventos maiores com capacidade para até 170 alunos.

Todas as salas de aula têm iluminação e ventilação naturais, ar condicionado, divisórias de vidros revestidas de películas com isolamento acústico apropriado para cada ambiente, forração de

carpete para reduzir ruídos, quadro negro, tela permanente de projeção de imagens, computadores com acesso a Internet e retro-projetor (datashow).

#### 4.1.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

Na unidade sede, os estudantes podem acessar dois laboratório de informática que possuem 25 computadores cada, totalizando 50 pc's, que funcionam com o sistema operacional GNU/LINUX – UBUNTU e WINDOWS, em um sistema “*dual-boot*”, o qual permite que o estudante trabalhe com planilhas, documentos de textos, apresentações de slides, e visualizador de arquivos em PDF. Na Unidade II, há um laboratório de informática, com 34 computadores, e todas as máquinas com ambiente Windows. Em ambos laboratórios, nas duas sedes, cada computador possui um leitor de CD. Os laboratórios possuem conexão de banda larga, permitindo acesso a todos os conteúdos da internet, com restrições a alguns sites que não se encaixam com as normas da instituição.

Há um computador para pessoas com deficiência visual, com um software leitor de tela, que funciona com um sistema de áudio, auxiliando o estudante quanto ao seu uso.

O laboratório permite também que os estudantes façam a impressão de materiais.

O funcionamento dos laboratórios, em ambas as sedes, é das 08:30 às 22h, contando sempre com a presença de um monitor para auxílio aos estudantes ou para resolução de problemas técnicos que possam ocorrer.

## 4.2 Biblioteca

A biblioteca da ESADE conta com os exemplares da bibliografia básica e complementar de cada disciplina, contando com 1 exemplar para cada 6 alunos na bibliografia básica e dois exemplares de cada na bibliografia complementar.

Além da bibliografia, o curso conta com revistas eletrônicas e impressas, além do acesso a catálogos e bibliotecas virtuais e outras obras na área da computação que servem de apoio e complemento aos estudos e pesquisas dos alunos

O acesso ao acervo da biblioteca pode ser feito de forma virtual pelo aluno, por meio do sistema PHL<sup>11</sup>, com opções de consulta, renovação, reservas, entre outras.

---

<sup>11</sup> Em <http://esade.phlnet.com.br/>. O PHL é um software de controle e gestão de acervos para biblioteca.

## 4.2.3 Periódicos especializados

TÍTULO	MFN
AJURIS	000095
ARGUMENTA	000213
AS CIENCIAS CRIMINAIS EM DEBATE	000214
ATENA	000240
BOLETIM DE JULGADOS	000238
BOLETIM DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	000233
CADERNOS DO PROGRAMA DE POS-GRADUACAO EM DIREITO	000236
DATADEZ [CD-ROM]	000098
DIREITO EM DEBATE	000181
DIREITO PUBLICO [CD-ROM]	000093
DIREITO PUBLICO	000078
DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTICA	000230
EMENTARIO DA JURISPRUDENCIA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS	000165
ESTUDOS DE DIREITO BRASILEIRO E ALEMAO	000235
ESTUDOS LEGISLATIVOS	000234
INTERESSE PUBLICO	000062
JURIS PLENUM [CD ROM]	000085
JURIS PLENUM	000079
JURIS SINTESE MILLENNIUM [CD-ROM]	000107
LEX	000119
LEX	000159
NOVATIO IURIS	000188
PRISMA JURIDICO	000223
QUAESTIO IURIS	000183
REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR	000096
REVISTA ANAMATRA	000232
REVISTA BRASILEIRA DE ARBITRAGEM	000101
REVISTA BRASILEIRA DE ARBITRAGEM	000102
REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMILIAS E SUCESSOES	000172
REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DE FAMILIA [CD-ROM]	000090
REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DE FAMILIA	000080

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTARIO E FINANÇAS PUBLICAS	000178
REVISTA DA AGU	000246
REVISTA DA AJURIS	000061
REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP	000243
REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO MILTON CAMPOS	000198
REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO UNIRITTER	000185
REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO	000221
REVISTA DA FESDT - DIREITO TRIBUTARIO EM QUESTAO	000179
REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL E ECONOMICO	000076
REVISTA DE DIREITO PUBLICO	000161
REVISTA DE DIREITO SANITARIO	000231
REVISTA DE DIREITO SOCIAL	000217
REVISTA DE ESTUDOS TRIBUTARIOS	000077
REVISTA DE JURISPRUDENCIA MILITAR	000219
REVISTA DO CURSO DE DIREITO - FACULDADE PROJECAO	000220
REVISTA DO CURSO DE DIREITO DA FSG	000182
REVISTA DO INSTITUTO DE HERMENEUTICA JURIDICA	000140
REVISTA DO SAJU	000222
REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS	000128
REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIAO	000224
REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	000100
REVISTA DOS TRIBUNAIS	000065
REVISTA FORENSE ELETRONICA [CD-ROM]	000084
REVISTA IBERO-AMERICANA DE CIENCIAS PENAS	000071
REVISTA IOB DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	000115
REVISTA IOB DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	000114
REVISTA IOB TRABALHISTA E PREVIDENCIARIA	000113
REVISTA JURIDICA - FACULTAD DE JURISPRUDENCIA	000215
REVISTA JURIDICA CESUMAR	000212
REVISTA JURIDICA CONSULEX	000072
REVISTA JURIDICA EMPRESARIAL	000218
REVISTA JURIDICA TRIBUTARIA	000216
REVISTA JURIDICA	000058
REVISTA MAGISTER DE DIREITO AMBIENTAL E URBANISTICO	000173
REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	000175

REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR	000177
REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	000176
REVISTA MAGISTER DE DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIARIO	000174
REVISTA SINTESE DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL [CD-ROM]	000089
REVISTA SINTESE DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	000069
REVISTA SINTESE DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL [CD-ROM]	000091
REVISTA SINTESE DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	000070
REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDENCIA	000171
RT INFORMA	000118
SINTESE JORNAL	000088
SINTESE TRABALHISTA [CD-ROM]	000092
SINTESE TRABALHISTA	000068

Além destes títulos, também irá utilizar outros periódicos especializados da área, disponíveis para consulta no Portal de Periódicos da CAPES.